

Orçamento

Acordo ou caos

Tão logo se comêce a desenhar a solução da crise política, tanto o governo como o Congresso terão de se debruçar sobre um problema de extrema gravidade que, se não for resolvido — ou pelo menos contornado — a tempo, pode tornar impossível a administração do orçamento da União do próximo ano. Trata-se da crise fiscal, que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, considera "gravíssima".

Montado pela equipe técnica do Ministério da Economia de acordo com as regras tributárias vigentes hoje, o orçamento para o próximo ano — que se encontra em exame pelo Congresso Nacional — é mais do que apertado. Nem todos os gastos estão previstos, outros foram cortados profundamente, e mesmo assim suas contas não batem: as despesas excedem enormemente as receitas previstas.

O economista Cláudio Adílson Gonçalez, que chefiou a assessoria do ex-ministro Mairson da Nóbrega, do qual hoje é sócio numa empresa de consultoria, previu há algum tempo que, se não houver uma mudança na estrutura das despesas ou das receitas da União, "o governo terá de emitir títulos de dívida até mesmo para pagar as despesas correntes".

O ex-ministro Mairson da Nóbrega, de sua parte, observa que da proposta orçamentária que o governo encaminhou ao Congresso não constam recursos para cobrir despesas já previstas, como o pagamento da isonomia salarial do funcionalismo público e o reajuste de 147% para os aposentados.

Parte das despesas incluídas no orçamento é subavaliada. No caso da folha salarial do funcionalismo, o governo tomou como base os gastos efetuados em abril deste ano, mês em que, em termos reais, os vencimentos dos servidores atingiam seu nível mais baixo (foram recompostos em maio) e ainda não tinham sido beneficiados com a isonomia.

Quanto às despesas financeiras, o governo não poderá mais contar no ano que vem com os efeitos do bloqueio dos ativos financeiros da população. Esse bloqueio reduziu enormemente o custo da rolagem da di-

vida pública. Mas, à medida que o dinheiro bloqueado foi sendo devolvido aos seus donos, foi crescendo a dívida pública que, calcula o ex-ministro Mairson da Nóbrega, no final do ano já representará cerca de 20% do PIB brasileiro, um índice muito próximo dos 24% do final do governo Sarney.

Prosseguir cortando gastos sem antes reformar profundamente a estrutura do Estado também é um expediente que se torna mais difícil a cada ano. Especialistas lembram que o governo vem cortando gastos desde 1982. Este ano cortou mais 22%, o que custou a paralisação ou o sucateamento de vários programas governamentais. Cortar mais 22% significa reduzir despesas de custeio até na área de saúde, o que acabará gerando uma pressão social muito forte. O caminho, portanto, não é reduzir a comida do monstro — o que será politicamente insustentável —, mas reformá-lo para diminuir drasticamente o seu tamanho.

Se Itamar Franco assumir a Presidência da República, é um orçamento nessas condições que ele encontrará à sua espera. Ele herdará um governo falido e, para administrá-lo, contará com uma condição política no mínimo estranha, pois chegará ao cargo sem voto, sem partido e sem qualquer programa conhecido.

A gravidade da crise financeira da União e o esgotamento do setor privado, de onde se tentará, mais uma vez, arrancar o dinheiro para manter o Estado vivo por mais algum tempo, é apenas uma das faces do intrincado problema com que Itamar Franco deverá se defrontar: o de um país que precisa passar por uma reorganização profunda, especialmente das relações do Estado com a sociedade (ver editorial abaixo), para frear sua decadência econômica e retomar o crescimento.

As circunstâncias em que Itamar Franco deve assumir a Presidência da República impõem ao Congresso Nacional e às forças políticas que patrocinaram o **impeachment** de Fernando Collor a busca de uma ação concertada que crie condições mínimas para o governo e o País continuarem funcionando. Para o Brasil pós-Collar, a palavra de ordem é **acordo ou caos**.